

A Quem interessa a UE?

A Declaração de Berlim vista pela imprensa estrangeira

Rita Pais . IEEI

Ao contrário do que se esperava, a Declaração de Berlim constitui mais uma reafirmação dos valores e desafios comuns à maioria dos Estados membros, do que o *statement* político que muitos esperavam.

Talvez por isso, as reacções de outros actores internacionais importantes tenham sido praticamente invisíveis. As declarações oficiais dos Estados Unidos, por exemplo, resumem-se a uma felicitação inócua pelos 50 anos da assinatura do Tratado de Roma. De facto, o impacto da Declaração de Berlim parece ter sido tão reduzido, que não há qualquer referência ao documento nas declarações oficiais de 26 de Março do governo norte americano. Além do mais, os comentários de George Bush foram transmitidos “em diferido” pelo Sub-Secretário de Estado John Negroponte, cujo discurso insistiu bastante na capacidade de mudança positiva da União Europeia e no papel que os EUA desempenharam, através do Plano Marshall, de força motora da integração europeia.

A imprensa norte-americana também não faz referências significativas ao conteúdo da Declaração de Berlim, embora o artigo de Mark Landler para o New York Times classifique o texto como uma aproximação do Guia Baedeker (um reputado guia de viagens) para as questões que hoje dividem a Europa.

Uma outra análise do New York Times, retoma o tema da crise europeia, apontando as suas três principais dimensões: a institucional, a identitária e a política, em contraposição aos sucessos, particularmente aos sucessos económicos, até agora alcançados.

Mas a questão que parece dominar a imprensa, não só norte americana, mas também chinesa, brasileira e japonesa (embora neste caso a autoria dos artigos seja, maioritariamente, de correspondentes europeus), é a divergência dos Estados membros no que concerne à definição de objectivos políticos e estratégicos comuns. Aliás, o facto de apenas três líderes europeus terem assinado o documento e de este ter sido disponibilizado pela Presidência Alemã aos outros Estados membros dois dias antes da sua publicação, foi entendido como um sinal claro do não entendimento dos líderes europeus sobre o que deve ser o futuro da comunidade. Como refere Landler, “Finding consensus on Darfur, however, may be easier than on problems closer to home” E aquilo que, implicitamente, está mais perto de casa é o Tratado Constitucional. O assunto que foi subtilmente contornado ao evitar-se qualquer referência à palavra Constituição, e cuja omissão foi recorrentemente apontada pela imprensa estrangeira. Na óptica da imprensa brasileira, a não referência à Constituição pretende evitar uma segunda derrota do projecto até 2009.

No geral, os comentários exteriores à UE – tanto os oficiais, como os da imprensa- parecem ter sido triviais e generalizantes, sem que tenha sido feita uma análise mais aprofundada ao conteúdo do texto. Muito embora ele não traga grandes novidades quanto ao que será o futuro próximo da União, ele indica tendências. Como a de incluir no domínio securitário, e ao que parece por pressão de Espanha, a questão da imigração ilegal.

As posições do Papa Bento XVI e da Rússia foram, no entanto bem explícitas. Bento XVI criticou a não inclusão no texto de uma referência à herança cristã da Europa, argumentando que a maioria da população europeia continua a identificar-se com os valores da Cristandade e que a

“apostasia de si mesma, mesmo perante Deus,” leva ao questionar da própria identidade europeia.

A posição oficial da Rússia, terá sido a que mais claramente serviu um objectivo. O texto de Putin, publicado no *Le Monde* a 27 de Março, foi cuidadosamente construído sobre uma ideia de partilha do valor fundacional europeu – a paz – e de partilha dos grandes sucessos e insucessos da comunidade. Putin faz a apologia do projecto de integração europeia como um “processo lógico” e parte da emergência de uma ordem mundial multipolar, capaz de garantir a prosperidade e a segurança na Europa, particularmente após a queda do Muro de Berlim, para introduzir depois a necessidade de revisão do acordo de parceria estratégica UE-Rússia.

O aparente não impacto que a Declaração de Berlim terá provocado nos actores internacionais além da vizinhança próxima da UE, leva a questionar-nos sobre a dimensão que dinâmicas internas sem consequências políticas visíveis têm para o resto do mundo. A quem interessa a Europa indecisa?